



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02/09
ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE ABRIL
DE 2009

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, na freguesia de S. Francisco e edifício da Junta de Freguesia, pelas 20:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro.

Feita a chamada pela 1ª Secretária, registaram-se as seguintes presenças:

- Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Joaquim José Faria Pereira, Tiago Miguel Vacas Felgueira, Maria Manuel da Costa Maduro, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro, António Joaquim Gomes Almeirim, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, Cristina Maria Rodrigues Samouqueiro, Susana da Rosa Correia de Almeida, Ana Paula Zeverino Gonçalves, Ana Maria Pagaimo Rodrigues, Maria de Fátima Rodrigues de Jesus e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, João Carlos Simões Marques, Cristóvão Domingos Fialho Rosado, António Manuel Amaral Pinto da Silva, Fernando Estêvão Nunes Borges Silva.

Faltaram a esta sessão:

- Paulo Alexandre Vilhais de Sousa, que justificou a sua falta, o que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituído por Raul dos Santos Duarte.(Doc 1)

- Maria Mercês Borges da Silva Soares, que justificou a sua falta por motivos de saúde, o que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituída por Jorge Dias da Costa Borges Silva.(Doc 2)

- José Luís Nunes Catalão, que justificou a sua falta por escrito por se encontrar ausente do concelho e foi aceite por unanimidade, tendo sido substituído por João Carlos Varela Caldas.(Doc 3)

- Luís Guilherme Figueiredo Almas Rodrigues que justificou telefonicamente a sua falta, que foi aceite por unanimidade, tendo sido substituído por Carla Maria Rocha Pereira Pinto.

Por parte do executivo camarário encontravam-se presentes o Presidente da Câmara e os vereadores António Luís Lucas Rodrigues, José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Arnaldo Matias Sena Teixeira e Rosália Maria Vila Cova Caetano Barbosa.

Faltou o Vereador José Dias Inocência que justificou a sua falta por escrito, por se encontrar ausente do concelho, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição, da seguinte documentação:

- Informação sobre a actividade do Presidente da Assembleia (Doc 1)
- Informação escrita sobre a correspondência recebida (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

ACTA

Ao abrigo da alínea c) ponto 2 do artigo 18º do Regimento, foi colocada à discussão a seguinte:

- Acta de 27 de Fevereiro de 2009

Submetida à discussão e votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 5 abstenções (João Marques, João Caldas, Carla Pinto, Fernando Borges e Jorge Borges, por terem estado ausentes na referida sessão) e 19 votos a favor.

Ao abrigo da alínea d) ponto 2 do artigo 18º do Regimento, usaram da palavra:

Susana Almeida:

Colocou as seguintes questões:

- Porque se encontram abandonados os espaços verdes da Quinta do Duque e porque tem faltado a manutenção nos espaços verdes, em geral, na freguesia?
- Para quando se prevê a conclusão dos passeios junto à estrada ao pé da EDP?
- Para quando se prevê a abertura do parque infantil e do ringue?
- Chamou a atenção para a falta de alcatrão no Caminho 1003 devido a obras que foram efectuadas pela Câmara, bem como para as luzes que permanecem ligadas na Escola Primária.

Raquel Prazeres:

Perguntou em que ponto de situação se encontra o Centro Escolar de S. Francisco.

Cristina Samouqueiro:

Elogiou a continuidade da descentralização das sessões e lamentou que a Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco não tivesse dado as boas vindas aos membros da Assembleia Municipal. Perguntou qual o balanço da II Feira da Saúde em Alcochete, dada a excelente organização por parte da Câmara.

Jorge Silva:

Felicitou a Câmara pelo facto de esta passar a integrar a Fundação das Salinas e perguntou se, no caso de a CDU perder as eleições, irão ser colocados os 2 lugares permitidos pelos novos Estatutos à disposição dos futuros eleitos.

Atendendo ao insucesso da gestão nos últimos anos, perguntou quais as diligências que a Câmara promoveu para evitar que volte a acontecer a mesma situação, nomeadamente

com a situação dos trabalhadores com ordenados em atraso e se serão readmitidos os trabalhadores dispensados.

Por último, questionou que ilações tinham sido tiradas pela ocorrência de um incêndio num prédio sito na parte antiga da vila.

António Silva:

Uma vez mais tratou de assunto referente aos dejectos dos canídeos, nomeadamente da falta de sacos nos dispensários, que inviabilizam a sua recolha, bem como da falta de colocação de placas nos semáforos.

Ao abrigo da alínea f) do número 2 do artigo 15º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Por Paula Pereira e em nome da CDU, foi apresentada uma proposta de Moção sobre o 1º de Maio – Dia do Trabalhador.

Submetida à discussão usaram da palavra:

Tiago Felgueira:

Disse ser trabalhador e que nesta qualidade sofre com os problemas causados pela presente crise em todo o mundo, pelo que perguntou à bancada da CDU quais são as propostas para acabar com a crise. Perguntou também quais são as medidas que a Câmara tomou para fazer face à crise e citou o exemplo de outras Câmaras que vão devolver dinheiro do IRS.

Jorge Giro:

Esclareceu que as propostas de combate à crise por parte da CDU podem ser entre outras, os cerca de 2 500 000 000 euros que o governo deu ao BPN os quais dariam para manter bastantes postos de trabalho aos quase 500 000 desempregados inscritos nos Centros de Emprego. A construção do Centro de Saúde do Samouco é uma responsabilidade do Poder Central no entanto, é a Câmara que o vai construir tendo para isso contraído um empréstimo bancário registando-se a falta de pagamento por parte do Governo à autarquia dos cerca de 470 000 referentes a obras já efectuadas.

Submetida à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 9 votos contra(PS), 2 abstenções(PSD) e 13 votos a favor da CDU.

Fez Declaração de Voto Tiago Felgueira em nome do PS, dizendo que a bancada do PS felicita todos os trabalhadores mas não se revê na ideologia e políticas do PCP.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara:

Sucintamente informou:

A Câmara aprovou em 2007 a Carta Educativa que estabelecia as prioridades ao nível da requalificação do parque escolar e a primeira passava pela construção de um Centro Escolar na freguesia de S. Francisco para o qual, nesta reunião, se irá deliberar sobre a contracção de um empréstimo para a construção da 1ª fase, cujas obras deverão estar concluídas em 2010.

Nas reuniões havidas com a Secretaria de Estado do Ambiente, a Câmara veiculou uma série de reivindicações que estão quase todas contempladas no novo diploma jurídico em relação às Salinas do Samouco. A situação ficou absolutamente assegurada, quer quanto aos trabalhadores que estão, quer quanto aos que saíram. A Lusoponte é quem irá transferir as verbas necessárias para o funcionamento da Fundação.

Relativamente à colocação dos 2 lugares à disposição no Conselho de Administração (Vereador António Luís Rodrigues) e Conselho Consultivo (Miguel Boieiro) e também do lugar na presidência da Fundação João Gonçalves Júnior (Vereador Paulo Machado) informou, que a Câmara tem sempre a prerrogativa de eleger e nomear os representantes que entender. A finalizar, esclareceu que o exercício de funções na Fundação das Salinas é inerente ao exercício de funções no Município.

Lamentou o incêndio e agradeceu a pronta e rápida resposta dos bombeiros, bem como dos serviços da Protecção Civil, mas considerou-o um caso pontual, cuja causa ainda não está devidamente identificada.

Considera o problema com os dejectos dos canídeos uma questão de cidadania. Em regra os proprietários dos animais têm falta de civismo. A Câmara lançou uma campanha de sensibilização alertando para os riscos e deveres. No entanto, pouco se alterou, verificando-se que os sacos são todos retirados dos dispensários no espaço de poucos dias ou horas.

Vereador António Luís Rodrigues:

Relativamente às questões levantadas quanto à manutenção dos espaços verdes na urbanização *Villas do Duque* e restante freguesia, informou que daria a informação na próxima reunião depois da reunião, entre a Câmara e a firma Dicodulimar.

Esclareceu também a situação existente quanto aos prédios devolutos na zona antiga da vila, informando que já foram notificados todos os proprietários dos mesmos.

Vereador Paulo Machado:

Prestou esclarecimentos relativos ao parque de escolas do concelho, o qual se encontra quase em ruptura, devido à massificação da sua utilização. O problemas das luzes ligadas durante todo o dia na escola primária terá, em breve, solução.

Aproveitou para felicitar os funcionários do Sector de Educação e Acção Social pela sua contribuição na II Feira da Saúde.

Também as questões da fome e da pobreza preocupam o executivo. A fome em Alcochete abrange um conjunto de famílias para as quais se tem vindo a arranjar soluções em conjunto com os parceiros sociais.

A pobreza é uma matéria mais difícil e delicada, mas a Câmara continua a dialogar com a Segurança Social para encontrar as melhores soluções.

Presidente da Câmara:

Referiu que convém não esquecer que os governos do PS e PSD têm muitas culpas nesta crise. Lembrou também que a taxa de IRS foi votada unanimemente por todos os eleitos da Câmara, incluindo os vereadores do PS.

Continuou a chamar a atenção para o facto de o município de Alcochete ser o que recebe menos verbas da Administração Central provenientes do Orçamento de Estado e para a diminuição que se vem a registar com as verbas da Derrama.

Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia):

Esclareceu que a sua participação na Fundação das Salinas do Samouco acontecerá a nível pessoal e não como Presidente da Assembleia Municipal. Aguarda ainda a sua nomeação e só depois analisará a sua participação.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

O Presidente da Assembleia apresentou uma proposta para inclusão de mais um ponto na Ordem do Dia, ficando como ponto 2, passando a seguintes os pontos já agendados, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Assembleia propôs um intervalo de 10 minutos, o que foi aprovado por unanimidade.

Retomados os trabalhos, passou-se ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Dada a distribuição prévia do documento, o mesmo não suscitou pedidos de esclarecimento, ficando anexo a esta acta como Doc 1.

PONTO 2 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ARCO RIBEIRINHO

Pela CDU foi apresentada a candidatura de Ana Paula Zeverino Gonçalves.

Submetida à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

Ana Paula Zeverino Gonçalves - 13 votos
11 votos em branco

Ficou assim eleita Ana Paula Zeverino Gonçalves como representante da Assembleia Municipal no referido Conselho.

PONTO 3 – ACESSIBILIDADES

A discussão da proposta iniciou-se com o Presidente da Câmara a apresentar, para melhor esclarecimento, uma aplicação de *power-point* elucidativa das várias acessibilidades.

Das reuniões com a Secretaria de Estado das Obras Públicas, com a Brisa e com a Estradas de Portugal, resultou um conjunto de reivindicações aprovadas na Câmara e agora apresentadas à Assembleia Municipal para aprovação e posterior envio às entidades competentes.

De seguida, a proposta foi colocada à discussão, tendo-se registado as seguintes intervenções:

Tiago Felgueira:

Considerou lamentável que um assunto desta importância para o Município não tivesse sido objecto de reunião da Comissão de Urbanismo para análise.

Jorge Giro:

Em seu entender, esta matéria provavelmente não tem que ser discutida em Comissão de Urbanismo.

Jorge Silva:

Esclareceu que a bancada do PSD subscrevia a proposta apresentada, mas não deixou de frisar que, pelo menos no que diz respeito ao Município, peca por tardar, porque a autarquia gerida pela CDU já no tempo de Miguel Boieiro deveria ter acautelado estas matérias.

Raquel Prazeres:

Entende que o papel da Comissão de Urbanismo é importante, mas que também é importante a avaliação feita na própria Assembleia onde estão todos os membros. Perguntou se foram efectuados contactos com a Câmara Municipal de Montijo dado ser matéria que também lhes diz respeito, no sentido de unir esforços na apresentação das reivindicações.

Tiago Felgueira:

Voltou a afirmar que em seu entender, primeiro os assuntos devem ser discutidos em reunião de Comissão e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal.

Miguel Boieiro(Presidente da Assembleia Municipal):

Respondendo a Jorge Silva esclareceu que a acusação de que a CDU nada tinha feito em matéria de acessibilidades não corresponde à verdade. Anteriormente a 1998 foram feitos vários estudos e apresentadas várias propostas à Administração Central para resolver problemas de acessibilidades; algumas tiveram resposta positiva, outras não.

Presidente da Câmara:

Reiterou o que foi dito por Raquel Prazeres, porquanto considera que esta matéria não se enquadra no conjunto de competências da Comissão de Urbanismo. Relativamente à articulação com a Câmara do Montijo, informou estar disponível, contudo não deixou de dizer que sabe existem municípios que, por formas ínvias, conseguem a resolução dos seus problemas e um célere atendimento às suas pretensões.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – CONSELHOS MUNICIPAIS DE JUVENTUDE

O Presidente da Câmara começou por esclarecer que a Câmara, tal como muitas outras, está de acordo com a instituição do Conselho Municipal de Juventude, mas não concorda com algumas normas contidas no diploma jurídico que institui formalmente estes Conselhos.

A questão principal prende-se com a necessidade de sujeição dos documentos previsionais de Câmara a parecer prévio do Conselho sob pena de serem ineficazes juridicamente, pelo que se entende poder estar em causa o princípio da autonomia financeira e administrativa das Câmaras Municipais. Uma outra questão tem a ver com a diferença de direitos relativamente aos membros que integram os Conselhos, em virtude de estes ficarem num papel de inferioridade em relação aos demais e também porque não fica assegurada a participação de todas as Associações de jovens já existentes, para além da exigência de terem que estar inscritas na Rede Nacional de Associações Juvenis.

Tiago Felgueira:

Considera a criação do Conselho Municipal de Juventude uma boa ideia, mas não concorda com alguns pontos da proposta de moção. Perguntou ainda como irá a Câmara proceder ao registo deste Conselho dispondo apenas de um prazo de 6 meses.

Presidente da Câmara:

Voltou a afirmar o já anteriormente dito, concluindo que não concorda com a formatação obrigatória que o diploma impõe e que a Câmara irá aguardar no que diz respeito à inscrição do Conselho.

Submetida a proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O vereador Paulo Machado fez uma introdução explicativa recorrendo a uma aplicação informática relativa à construção do futuro Centro Escolar, pormenorizando a primeira fase.

Presidente da Câmara:

Informou que a Câmara Municipal conseguiu a celebração de um contrato com o Governo no âmbito do programa de alargamento da rede pré-escolar, a qual terá para o Município um custo de 1 350 000 euros, adiantando que a sua conclusão está prevista para Setembro de 2010.

Miguel Boieiro(Presidente da Assembleia Municipal):

Lembrou que a contracção do empréstimo se destina ao pré-escolar e à construção do reservatório apoiado de água no Samouco.

Tiago Felgueira:

A bancada do PS entende ser mais que justa a construção do pré-escolar em S. Francisco. A opção pela fase 1 e 2 contraria, em seu entender, a teoria de que o Estado nada faz para ajudar as autarquias, quando afinal criou uma linha de pré-escolar que será comparticipada até 50% em determinadas condições.

No entanto, frisou que a candidatura do Centro Escolar ao QREN foi chumbada por incapacidade da Câmara e não por culpa do Governo socialista. Perguntou se a proposta já foi aprovada e se a taxa de juro é bonificada.

João Marques:

Solicitou esclarecimentos relativos às áreas de ar livre que considera de grande importância no desenvolvimento das crianças, mas que quase sempre são esquecidas pelos projectistas e chamou a atenção para o aproveitamento solar do qual se pode tirar partido.

Maria de Fátima de Jesus:

Da análise das propostas bancárias apresentadas, todas à excepção da Caixa de Crédito Agrícola mencionam na cláusula 2 a que se destina o empréstimo, pelo que solicitou esclarecimentos, dado não querer aprovar um empréstimo que poderá não vir a ser para a construção do pré-escolar.

António Almeirim:

Perguntou qual o prazo previsto para a conclusão do reservatório de água apoiado do Samouco.

Presidente da Câmara:

Informou que a Câmara irá diligenciar para que a data de conclusão seja o mais rápida possível e que o prazo para conclusão do pré-escolar resulta do Contrato Programa celebrado para o efeito.

Mais disse, que estranha o comportamento do PS nesta discussão, em virtude de este considerar ser uma obra prioritária e que o empréstimo se destina exclusivamente às obras indicadas na proposta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Fizeram Declaração de Voto Jorge Giro e Fátima de Jesus.

PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008

Durante a discussão foram registadas as seguintes intervenções:

Susana Almeida:

Depois de analisar os documentos (lamentando que não tenham sido distribuídos a todos) constatou que as despesas com Pessoal tiveram um aumento de cerca de um milhão de euros de 2005 a 2008 e perguntou a que se devia este facto.

Também a despesa com Pessoal fora do Quadro aumentou em 2008 e perguntou porquê.

Constatou também que a dívida a terceiros aumentou cerca de 222% e perguntou também porquê.

Tiago Felgueira:

Considerou que a classificação da Câmara de Alcochete no *Anuário Financeiro* é má e com o acréscimo do aumento da dívida a terceiros então só resta a Câmara efectuar a gestão corrente.

Jorge Silva:

Em 2006 considerou um acto de gestão ineficaz ter 42% como grau de execução do PPI. Em 2008, um grau de execução de 27% é lamentável. Afirmou ainda que a CDU sobrevaloriza o investimento mas sabe que não o vai cumprir. O volume de obras no concelho está a cair a pique.

Diz não perceber como se pode registar em facturas em conferência um valor de mais ou menos 1 milhão de euros e que também não entende que se gastem 1 700 000 euros com pessoal em avença bem como o progressivo aumento de trabalho extraordinário.

Raquel Prazeres:

Reafirmou a sua confiança neste executivo que tem feito um esforço enorme para pagar dívidas que foram deixadas pelo executivo do Partido Socialista.

Jorge Giro:

Perguntou ao executivo se o Relatório de Gestão já contempla todo o passivo deixado pelo PS. Em seu entender o grau de execução do PPI era forçosamente diferente se não tivessem que estar indicadas as verbas para pagamento dos trabalhos a mais do Fórum e da Variante de Alcochete.

Presidente da Câmara:

Resumidamente disse:

O aumento com as despesas com Pessoal deve-se aos sucessivos aumentos com salários dos funcionários, bem como com as suas reclassificações e progressões. Foi durante o executivo PS que se registou o maior aumento de vínculos com técnicos. Em 2001 era de 275 e em 2005 de 388.

Quanto à facturação, disse não entender a admiração, dizendo que o PS se esqueceu da auditoria que a CDU mandou fazer e na qual se apurou um passivo omissivo de 3 milhões de euros.

Afirmou que até 2005 houve omissão de passivo, mas os actuais documentos reflectem a verdadeira situação da Câmara, que a restrição ao investimento foi uma medida política consciente e que o grau de execução do PPI não reflecte o investimento que foi feito.

Na discussão e durante a mesma chegou-se à 01:00 hora, pelo que o Presidente da Assembleia propôs o seguimento da sessão para além da hora regimental, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 1 voto contra (Ana Maria Pagaimo Rodrigues) e 23 votos a favor.

Ana Maria Rodrigues saiu da sala.

Retomada a discussão, o Presidente da Câmara concluiu dizendo que o trabalho extraordinário representa uma realidade face às necessidades em áreas mais carenciadas (higiene e espaços verdes) embora se preveja alterara a situação.

Colocados à votação, os documentos foram aprovados por maioria, com 10 votos contra (PS e PSD) e 13 votos a favor da CDU.

Fizeram Declaração de Voto: Maria de Fátima de Jesus pelo PS; Jorge Silva pelo PSD e Jorge Giro pela CDU.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Sr. José Almeida:

Afirmou que em todo o concelho tem vindo a assistir a um gradual descuido na manutenção de jardins e de estradas. Solicitou também a plantação de árvores na rua junto aos restaurantes em S. Francisco.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Intervieram os seguintes membros:

Jorge Giro:

Teceu comentários relativos a algumas intervenções de Jorge Silva.

Jorge Silva:

Retorquiu aos comentários.

ACTA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da acta em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:40 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO